

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMSEAN - 28/05/2026

Aos vinte e oito dias do mês de maio do corrente ano, às oito horas e trinta e cinco minutos, em primeira convocação, no Auditório da sede da Casa dos Conselhos, situado a rua: Brigada Lopes, 153 - Glória, segundo andar, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEAN. Na ocasião estavam presentes: Membros Governamentais: Patrícia Girardi, Cristiana Linhares Petry, Carolina Medeiros Fonseca Haddad Baruki, Ana Carolina Corradini Ghedin, Aline Poersch. Sociedade Civil: Camila Esser Pedroso de Oliveira, Giovana Faquere, Alexandra Marlene Hansen, Adriana Aparecida de Andrade, Luiz Bittencourte, Vanessa Speckhann Vicente, Otanir Mattiola, Priscila Costa Gonçalves. Justificaram faltas: Simone Rieper Ferreira, Renata Carvalho de Oliveira e Gabriela Beltiol Feltrim. Registrou-se ainda as presenças dos visitantes: Simone Corrente, Yoná Dalonso, Fabio Dalonso, Giulio Cerane e Mariana Kraemer. Dando sequência, iniciando a reunião ordinária, o Presidente do COMSEAN, sr. Otanir Mattiola, colocou em votação a pauta do dia. Ato contínuo, passou-se ao **item 2 da pauta: Item 2 da pauta – Capacitação: Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN:** A Secretária Executiva da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), Patrícia, realizou capacitação sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em Joinville, apresentando o histórico e a estrutura da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no município. Inicialmente, destacou a Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010, que incluiu a alimentação entre os direitos sociais previstos na Constituição Federal, bem como a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN), que instituiu o SISAN. Explicou o papel da CAISAN na articulação intersectorial das políticas públicas e na elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), elaborado em ciclos quadrienais, com edições em 2017, 2021 e 2025. Informou que o município de Joinville aderiu ao SISAN em 2016, tendo o COMSEAN papel fundamental nesse processo, e destacou que, em 2025, foram estabelecidos critérios de permanência dos municípios no Sistema. Em seguida, apresentou um histórico das

**Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional lei nº
4.839 de 1º de Outubro de 2003; Lei Complementar nº 5.514 de 06
de julho de 2006 e alterada pela Lei 7306 de 24 de outubro/2012.**

Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, realizadas em 2015, 2019, na etapa extraordinária de 2021, em 2023 e em 2025, ressaltando que a próxima conferência ocorrerá em 2027, como etapa preparatória para a Conferência Nacional, ocasião em que serão eleitos os delegados representantes do município. Também abordou a Resolução de 2024 referente ao registro de instituições privadas no âmbito da política de segurança alimentar e nutricional. Na sequência, apresentou os principais equipamentos públicos e programas municipais vinculados ao SISAN, entre eles as Centrais da Agricultura Familiar, o Banco de Alimentos, o Restaurante Popular e as Cozinhas Solidárias. Destacou ainda a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com distribuição de alimentos às famílias referenciadas nos CRAS por meio de feiras, associada às ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Foram apresentados ainda, o Programa Plantando Saúde, que atualmente contempla quinze hortas comunitárias; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); o Programa Mama Nenê, implantado em 2005, que disponibiliza kit composto por vidro, bolsa térmica e incentiva a oferta de leite materno nos Centros de Educação Infantil; as Hortas Escolares Pedagógicas; a metodologia “Momento da Refeição”; e o programa Alimenta Cidades, voltado ao mapeamento dos desertos e pântanos alimentares. Também foram mencionadas as feiras realizadas às quartas-feiras e aos sábados, além das feiras de peixe nos bairros e as feiras direto do campo no CEASA. Durante a discussão, foram debatidas ações de fortalecimento da agricultura familiar, sendo sugerido o convite à Unidade de Desenvolvimento Rural (UDR) para apresentação das ações desenvolvidas no município e promover a escuta dos agricultores familiares. Por fim, destacou-se que as compras da agricultura familiar destinadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) alcançam aproximadamente 52% na modalidade de autogestão, registrando-se redução desse percentual nas unidades terceirizadas. **Item 3 da pauta:** Proposta de Denominação para o Banco de Alimentos de Joinville - Comissão de Estudos e Políticas Específicas de Combate à Fome – 10’; A Comissão de Estudos e Políticas Específicas de Combate à Fome apresentou proposta para a denominação do Banco de Alimentos de Joinville. Durante a discussão, foi sugerido que o equipamento público passe a denominar-se **Banco de Alimentos Josué de Castro**, em homenagem ao médico, geógrafo e pesquisador brasileiro reconhecido por sua contribuição ao estudo da

fome e pela defesa do direito humano à alimentação adequada. A proposta foi acolhida pelo conselho por unanimidade. Após aprovação pelo Conselho, a proposta será encaminhada ao Gabinete do Prefeito e posteriormente à Câmara de Vereadores para os trâmites legais.

Item 4 da pauta: Programação do Seminário em alusão ao Dia Mundial da Alimentação com o tema: Nutrindo o Futuro: “Escolhas que Nutrem, Direitos que Protegem” - Comissão de Capacitação – 15’; A Comissão de Capacitação apresentou a proposta de programação para o Seminário em alusão ao Dia Mundial da Alimentação, com o tema “**Nutrindo o Futuro: Escolhas que Nutrem, Direitos que Protegem**”, previsto para o dia **15 de outubro de 2025**, nas dependências da Câmara de Vereadores de Joinville. A programação preliminar contempla a participação da conselheira **Aline**, representante do CONSEA Estadual, às 10h15, bem como a realização de coffee break às 9h50, com a ação “**Sabor de Sobra**”. Durante as discussões, foi sugerida a inclusão do tema **Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)**, abordando aspectos relacionados à Educação Alimentar e Nutricional (EAN) voltada aos trabalhadores e a baixa adesão das pequenas empresas ao programa, atribuída, principalmente, aos custos para sua implementação. Informou-se que a legislação referente ao PAT encontra-se em consulta pública. Como encaminhamento, a Comissão de Estudos e Políticas Específicas de Combate à Fome realizará levantamento das empresas atualmente aderidas ao programa no município e avaliará possíveis estratégias para ampliar a participação das pequenas empresas no PAT.

Item 5 da pauta: Proposta de atualização do Regimento Interno do COMSEAN – 5’; Foi apresentada a proposta de atualização do Regimento Interno do COMSEAN, deliberando-se pelo encaminhamento da minuta à Comissão de Legislação para análise. Também foi sugerida consulta à Procuradoria-Geral do Município para emissão de Parecer Jurídico acerca das alterações propostas. Durante as discussões, foram apresentadas sugestões de inclusão de dispositivos relacionados à Política Nacional de Combate ao Desperdício de Alimentos e à regulamentação da doação de alimentos no âmbito do município. Também foram debatidos pontos considerados críticos do atual Regimento Interno, entre eles a necessidade do afastamento de conselheiros que venham a disputar cargos eletivos, revisar o dispositivo referente à renúncia de conselheiros, por haver entendimento de possível incompatibilidade com a legislação vigente, e estabelecer quórum mínimo para a realização

das reuniões plenárias e para a deliberação das matérias submetidas ao Conselho. Ressaltou-se que as discussões poderão ocorrer independentemente do número de presentes, entretanto as deliberações somente poderão ser realizadas mediante o atingimento do quórum regimental, garantindo a segurança jurídica das decisões do COMSEAN. **Item 6 da pauta:** Informes referente às discussões sobre o Restaurante Popular – 10'; Presidente informou sobre os desdobramentos da audiência pública realizada para discutir a proposta de mudança da localização do Restaurante Popular de Joinville, destacando a preocupação manifestada por usuários, entidades da sociedade civil e membros do COMSEAN quanto aos possíveis impactos da transferência do equipamento público, especialmente em relação ao acesso da população em situação de vulnerabilidade. Os conselheiros observaram que, durante a audiência, o enfoque das manifestações de alguns vereadores passou da proposta inicial de mudança do local de funcionamento do equipamento para uma discussão acerca da metodologia de atendimento do Restaurante Popular. Foi registrado que, em diversas falas, foram associados ao equipamento problemas relacionados à população em situação de rua, tais como segurança pública, acesso à saúde, moradia e empregabilidade. Os membros do COMSEAN destacaram, contudo, que essas questões extrapolam as atribuições do Restaurante Popular, por envolverem políticas públicas intersetoriais, não podendo ser atribuídas ao funcionamento do equipamento de Segurança Alimentar e Nutricional. Ressaltou-se, ainda, a importância de que o debate sobre o Restaurante Popular permaneça centrado em sua finalidade institucional, qual seja, garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada às pessoas em situação de vulnerabilidade social. O COMSEAN solicitou audiência com a Prefeita Municipal, não havendo, até o momento, retorno do Gabinete quanto ao agendamento. Informou-se, ainda, que o Conselho publicou nota de repúdio à proposta de mudança que foi encaminhado para os CONSEAs estadual e nacional, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sugerido encaminhar ao ministério público. Durante as discussões, foi sugerida a criação de um conselho consultivo de usuários do Restaurante Popular, com participação de representantes do SIAMPA, do Centro POP, das Assistentes Sociais do Restaurante Popular, das equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e de dois usuários representantes de cada CRAS, buscando fortalecer a

participação social e subsidiar as discussões relacionadas ao funcionamento e às políticas voltadas ao equipamento. A proposta foi apresentada como estratégia para ampliar o diálogo entre os usuários, a gestão pública e o controle social, fortalecendo a defesa do Restaurante Popular como importante equipamento de Segurança Alimentar e Nutricional no município. A Comissão de Fiscalização informou sobre a realização de visita técnica ao Restaurante Popular, ocasião em que foi observado que aproximadamente 70% dos usuários atendidos são pessoas idosas. Também foi comunicada a atuação da nutricionista Maura na nova gestão da unidade. Os conselheiros deliberaram pela solicitação do resultado da pesquisa realizada pela Secretaria de Assistência Social com o público frequentador do Restaurante Popular, visando subsidiar as discussões do Conselho. Durante os debates, foi registrado que vereadores têm realizado gravações no local, em geral após o horário de encerramento das atividades do Restaurante Popular. **Item 7 da pauta:** Plano de Trabalho Edital de Chamamento Público MDS/SESAN Nº 2/2026 Sistemas Alimentares Circulares Urbanos – 15'; Foi informado sobre a participação do Município no Edital de Chamamento Público MDS/SESAN nº 2/2026, referente aos Sistemas Alimentares Circulares Urbanos, cujo prazo para submissão encerrou-se em 30/05/2026 e apresentado o plano de trabalho. A Secretaria de Assistência Social de Joinville (SAS) foi a única a encaminhar plano de trabalho, totalizando uma proposta no valor de R\$ 900.000,00. Esclareceu-se que as ações educativas inicialmente previstas não puderam ser incluídas, uma vez que o edital não permitia a previsão de recursos para aquisição de insumos, inviabilizando a execução do projeto de degustação de alimentos. Informou-se, ainda, que, após a assinatura da Prefeita, o plano de trabalho será encaminhado ao COMSEAN para conhecimento. **Item 8 da pauta:** Edital de Manifestação de Interesse do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) 2026 – 15'; Foi apresentada atualização sobre o Edital de Manifestação de Interesse do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) 2026, informando-se que o montante manifestado pelos municípios totalizou R\$ 100 milhões. Destacou-se que a elevada demanda demonstra o interesse dos entes federativos em ampliar as ações de aquisição e distribuição de alimentos por meio do programa. **Item 9 da pauta:** Atualização sobre o PAA Indígena – 10'; Em relação ao PAA Indígena, foi informado que o período recursal foi encerrado e que o Estado realizará a redistribuição dos recursos

destinados à operacionalização do programa. Também foi destacado que os resultados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) evidenciaram melhora nas condições de segurança alimentar da população indígena beneficiada pelo PAA. O Presidente do COMSEAN relatou que teve acesso aos dados durante evento recente, ressaltando a importância dos resultados apresentados para demonstrar os impactos positivos da iniciativa. **CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS:** 10.1 Email referente Fórum de Eleição Complementar da Sociedade Civil do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMAD) – biênio 2026-2028; 10.2 Convite para Café com Parceiros Sesc Mesa Brasil 2026, com o tema “Desenvolvimento pessoal e propósito social”; 10.3 MEMORANDO SEI No 28978631/2026 - SES.UQD.CEIS.APS divulgando a "18ª Semana Municipal de Conscientização e Orientação sobre a Saúde Mental"; 10.4 Email da Câmara de Vereadores de Joinville em resposta à solicitação de espaço para discussão referente aos equipamentos público de segurança alimentar e nutricional, informando do espaço “Tribuna Livre”; 10.5 Email divulgando chamada para o dossiê temático 2026 da Revista de Economia e Sociologia Rural, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, sobre sistemas alimentares, segurança alimentar e nutricional, sustentabilidade e mudanças climáticas; 10.6 Convite do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de SC (CONSEA-SC) para o Seminário Estadual do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Cozinhas Solidárias, no dia 27 de maio de 2026, em São José – SC; 10.7 Email encaminhando convite para o 3º Seminário Força para as Entidades nas dependências da UNIVILLE, nos dias 14 e 15 de maio; 10.8 Ofício da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Joinville, convidando para Audiência referente ao Plano Juventude Negra Viva (PJNV), no dia 18 de maio de 2026; 10.9 OFÍCIO SEI No 29451017/2026 - SAS.NAD em resposta à solicitação do COMSEAN para fornecimento de coffee break mais inclusivo (com oferta de alimentos livre de glúten) e saudável; 10.10 OFÍCIO SEI No 2138/2026/MMULHERES referente Programa de Promoção e Proteção da Saúde e da Dignidade Menstrual (Lei nº 14.214/2021); 10.11 Ofício encaminhando LEI No 10.154, DE 14 DE MAIO DE 2026 que Dispõe sobre a criação do Selo “Empresa Solidária” para empresas que disponibilizam vagas de emprego para pessoas em situação de rua e dá outras providências; **MESA**

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional lei nº 4.839 de 1º de Outubro de 2003; Lei Complementar nº 5.514 de 06 de julho de 2006 e alterada pela Lei 7306 de 24 de outubro/2012.

DIRETORA: nada a relatar. **MOMENTO DAS COMISSÕES - Comissão de Estudos e Políticas Específicas de Combate à Fome:** nada a relatar. **Comissão de Fiscalização e Finanças:** nada a relatar. **Comissão de Capacitação:** nada a relatar. **PALAVRA LIVRE:** sem manifestações. Sem mais a tratar, encerrou-se a reunião às 11h, da qual eu, Vanessa Speckhnn Vicente, lavrei a presente ata, a qual vai ser assinada pelo Presidente do COMSEAN e será publicada na página do Conselho. A lista de presença encontra-se arquivada junto a ata original na secretaria executiva do Conselho, em obediência aos regimentos de proteção de dados pessoais, contudo será disponibilizada se houver solicitação de órgãos fiscalizadores ou afins, com a devida justificativa e respaldo legal.

OTANIR MATTIOLA
Presidente do COMSEAN